



Senado aprova texto que agiliza pesquisa de novos remédios

Objetivo do projeto, que segue para a Câmara, é acelerar a liberação de estudos clínicos e criar regras para a atividade, incluindo normas éticas

Proposta aprovada ontem pelo Plenário cria um marco regulatório para análise e registro de novos medicamentos. Além de acelerar a liberação de testes, o texto define normas a serem cumpridas nos estudos em seres humanos, buscando proteger a saúde e os direitos dos participantes de pesquisas clínicas.

Os autores do projeto argumentam que o Brasil é um dos países mais atrasados em relação à duração dos processos de autorização e condução dos protocolos de pesquisas. Aqui, esses processos podem levar de 10 a 15 meses, dizem os senadores, enquanto em outras nações exigem no máximo 6 meses.

Para Ana Amélia, uma das autoras, o projeto é uma resposta a doentes que aguardam por uma esperança de cura. **3**

Uma das autoras do projeto, Ana Amélia conversa durante a votação no Plenário com Aloysio Nunes, Eduardo Amorim, Otto Alencar e outros senadores



Marcos Oliveira/Agência Senado

Eunício pede urgência para proposta de terceirização

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, conversou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, sobre a possibilidade de acelerar a aprovação de projetos que tratam da terceirização. Há duas propostas diferentes tramitando nas duas Casas, mas a da Câmara

está mais avançada. Por isso, Eunício sugeriu que ela tramite em regime de urgência.

Ontem o presidente do Senado também participou de cerimônia no Palácio do Planalto na qual foi anunciada a liberação de milho dos estoques governamentais para auxílio ao Nordeste. **7**



O ministro Henrique Meirelles, o presidente Michel Temer e o senador Eunício Oliveira em evento no Palácio do Planalto

Estados querem votação rápida de repatriação

Em reunião ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, governadores pediram que a Casa aprove rapidamente o projeto que abre um novo prazo para repatriação de recursos não declarados mantidos no exterior. A proposta está na Câmara, de onde será remetida para o Senado. Uma parte dos recursos arrecadados pelo governo federal com a repatriação será remetida para os estados. Eunício afirmou que dará prioridade à proposta, de modo a ajudar os governadores a enfrentar a crise. **8**



O governador Rollemberg (DF) após reunião no Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lobão conduz reunião em que a CCIJ aprovou projeto contra burocracia

Projeto força governo a impor menos burocracia ao cidadão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem um projeto que obriga o Executivo, o Legislativo e o Judiciário da esfera federal a exigir menos burocracia dos cidadãos. De acordo com a proposta, que agora vai

para a Câmara dos Deputados, os órgãos públicos deverão se balizar pelo princípio da presunção da veracidade e da boa-fé. Para Armando Monteiro, autor do texto, a burocracia provoca gastos inúteis ao Estado e ao cidadão. **5**

Passa em colegiado texto que combate remédio falso **3**

Presidente da Casa cobra formação de comissões **2**

Procuradoria da Mulher discute assassinatos hoje **2**

Embaixadas poderão ter que seguir a CLT **7**

Foram escolhidas 5 agraciadas para a 16ª edição da premiação, como a jornalista Tati Bernardi. Cerimônia vai ocorrer em sessão solene do Congresso que também vai comemorar o Dia da Mulher

Senado entrega Diploma Bertha Lutz em 8 de março

O SENADO ENTREGA no dia 8 de março o Diploma Bertha Lutz a cinco mulheres que contribuíram para a defesa dos direitos das mulheres e questões de gênero no Brasil. Nesta edição, serão agraciadas a jornalista Tati Bernardi, a major da Polícia Militar de Salvador Denice Santiago Santos do Rosário, a presidente da Fundação Thiago de Moraes Gonzaga, Diza Gonzaga, a embaixadora do Brasil na Sérvia, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, e a professora Raimunda Luzia de Brito.

A cerimônia ocorrerá durante sessão solene do Congresso Nacional em que também será comemorado o Dia Internacional da Mulher.

A premiação recebe o nome da deputada federal Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), uma das pioneiras do femi-

nismo no Brasil e líder na luta pelos direitos políticos igualitários. Ela se empenhou pela aprovação da legislação que deu às mulheres o direito de votar e de serem votadas.

A escolha das cinco agraciadas foi feita pelo Conselho do Diploma, presidido pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), e composto por um senador de cada partido com assento no Senado.

16ª edição

Instituída pelo Senado em 2001, a premiação chega à 16ª edição tendo homenageado 79 mulheres de várias áreas de atuação. Entre elas, a farmacêutica Maria da Penha, que inspirou a aprovação da Lei Maria da Penha, Zilda Arns, que foi coordenadora da Pastoral da Criança, a então presidente da República Dil-

ma Rousseff, e a ex-senadora Emília Fernandes, autora do projeto que deu origem à premiação. Em 2016, pela primeira vez foi agraciado um homem, o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello. Quando presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em 2014, ele lançou a campanha Mais Mulheres na Política.

A entrega é parte da programação do Senado em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Estão previstos eventos para os públicos interno e externo, promovidos pelo Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e Comitê Pró-Equidade, Procuradoria da Mulher do Senado, Observatório da Mulher contra a Violência e Secretaria da Mulher da Câmara.

Procuradoria da Mulher debate violência de gênero

O assassinato de nove mulheres numa festa em Campinas (SP) durante o último Ano Novo levou a Procuradoria Especial da Mulher do Senado a dedicar a 38ª edição da Pauta Feminina para abordar o tema "O feminicídio como violência política".

A audiência pública será realizada hoje, às 10h, no Plenário 6 da Ala Nilo Coelho, no Senado.

Em 31 de dezembro, o técnico de laboratório Sidnei Ramis de Araújo invadiu a festa da família de sua ex-mulher, matou 12 pessoas, incluindo o filho, e depois se suicidou.

De acordo com a Procuradoria Especial da Mulher, a carta deixada pelo assassino documenta como "o conservadorismo político e o tradicionalismo comportamental

caminham juntos na direção de produzir uma violência que tem a mulher como alvo crescente e preferencial".

Ainda de acordo com a Procuradoria Especial da Mulher, a tragédia de Campinas remete a um caso semelhante ocorrido em 1991 em Montreal, no Canadá, onde 14 mulheres estudantes de engenharia foram assassinadas.

O caso canadense levou a data de 6 de dezembro a se tornar o marco do Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Convidados

Debaterão o tema hoje no Senado a subsecretária de Políticas para as Mulheres do governo do Distrito Federal, Lúcia Bessa, a professora Lourdes Bandeira, do De-

partamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), a doutora em história e coordenadora da Questão Negra da Diretoria da Diversidade da UnB, Joelma Rodrigues da Silva, a pesquisadora do Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade e mestrandia em ciências sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Clara Flores Seixas de Oliveira, e a doutora em antropologia e autora do livro *Órfãs de Esperança — violências contra a mulher, alguns relatos no mundo*, Véronique Durand.

O evento organizado pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado é aberto ao público e tem transmissão on-line por meio do Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania).



O tema central da audiência pública será a relação entre a violência contra a mulher e o conservadorismo na política

Eunício cobra de líderes partidários composição das comissões da Casa

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reforçou o pedido para que os líderes partidários finalizem as indicações para as comissões da Casa. O pedido foi uma resposta ao senador Paulo Paim (PT-RS), que fez o apelo para que as comissões sejam instaladas antes do Carnaval.

Eunício afirmou que, se for preciso, votará com relatório de Plenário projetos que precisam ser apreciados pela Casa.

— Não havendo a instalação das comissões, esta Presidência é obrigada de ofício a pautar matéria para que tenha relatório feito aqui em Plenário. Não é a vontade da Presidência, mas não vou deixar este Plenário vazio sem discutir matérias que são de interesse da população.

Eunício disse que já pediu

à Secretaria-Geral da Mesa que faça um levantamento de propostas que estão nas comissões e prontas para serem enviadas ao Plenário.

Aécio Neves (PSDB-MG), considera a possibilidade de não haver acordo para a composição das comissões. Nesse caso, a divisão entre os partidos seria feita conforme os critérios previstos no Regimento Interno.

— Estamos defendendo que na terça-feira, na reunião de líderes, haja escolha pela ordem de precedência, calculada pelo tamanho das bancadas e blocos. Não podemos esperar mais.

As maiores bancadas escolhem primeiro e têm direito a comandar mais comissões. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi a única a escolher os integrantes.

Viana relata madrugada violenta no Acre, que sofre com enchente

Jorge Viana (PT-AC) relatou ontem ação de vândalos e criminosos que tentaram incendiar quatro ônibus em Rio Branco. O senador garantiu que o governador do Acre, Tião Viana, está tomando as providências necessárias para coibir a violência.



Em discurso na terça-feira, Jorge Viana disse que centenas de famílias acrianas estão passando por momentos dramáticos por conta das cheias. O senador informou que até abril pretende visitar todos os 22 municípios do estado.

Lídice comenta operação da PF contra o tráfico de pessoas

Lídice da Mata (PSB-BA) informou que a Polícia Federal foi às ruas ontem para desbaratar um grupo que agia no tráfico de pessoas para exploração sexual. As vítimas eram levadas de Fortaleza para a Itália e a Eslovênia.

A senadora foi relatora da CPI que investigou, de abril



de 2011 a dezembro de 2012, o tráfico de pessoas.

Em nota, a Polícia Federal comunicou que os presos serão indiciados por tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PAUTA FEMININA Feminicídio e política

10h A Procuradoria Especial da Mulher discute o tema "Feminicídio como violência política".

PLENÁRIO Desburocratização

11h Na pauta, a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que visa diminuir a burocracia na administração pública.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Proposta que acelera a liberação de pesquisas clínicas vai para a Câmara

Projeto aprovado ontem pelo Senado cria marco regulatório para análise e registro de novos medicamentos, definindo regra para estudo em seres humanos

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que acelera a liberação de pesquisas clínicas no Brasil. A proposta segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 200/2015 cria um marco regulatório para análise e registro de novos medicamentos no tratamento de câncer, Alzheimer, diabetes e outras doenças, além de fixar regras a serem cumpridas nos estudos em seres humanos.

Atualmente, o Brasil é uma das nações mais atrasadas em relação à duração dos processos de autorização e condução dos protocolos de pesquisas. Enquanto no restante do mundo esses procedimentos consomem um prazo que varia de 3 a no máximo 6 meses, no país eles provocam de 10 a 15 meses de espera.

O projeto — apresentado por Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e o senador licenciado Walter Pinheiro (PT-BA) — tem dispositivos que visam proteger a saúde do voluntário de pesquisa, mediante garantia de assistência médica com pessoal qualificado durante todo o estudo. De acordo com os autores, o texto busca, sobretudo, desburocratizar o sistema e acelerar a liberação de novos testes.

Revisão ética

Entre outros pontos, o PLS 200/2015 estabelece exigência de aprovação e revisão dos estudos por parte de comitês de ética em pesquisa, liberdade para o participante se retirar a qualquer momento do estudo e condução da pesquisa por equipe formada por pessoas cientificamente qualificadas e de forma a evitar sofrimento e danos desnecessários.

É prevista a suspensão dos procedimentos quando se evidenciar possibilidade de dano, invalidez ou morte. A obrigatoriedade de dar publicidade aos resultados é outra exigência. O texto também cria o Sistema Nacional de Revisão Ética das Pesquisas Clínicas, instância que pretende combinar a ação dos diversos comitês de ética em pesquisa existentes.

Ana Amélia ressaltou que o projeto trata da dor de milhares de famílias que têm urgência na cura de algum paciente próximo. Segundo ela, o incentivo à pesquisa presente no texto



Autores do projeto, Waldemir Moka e Ana Amélia argumentam que é preciso desburocratizar a liberação de novos testes

busca agilizar essa cura:

— Não estamos aqui defendendo interesses econômicos de quem quer que seja. Não podemos confundir pesquisa, ciência, com política e ideologia. Estamos já num momento de dizer “sim” a esse projeto que, mais do que tudo, é uma resposta aos portadores de câncer que aguardam uma

saída, uma esperança de cura para essa doença que, cada vez mais, assusta pelo seu crescimento entre os brasileiros.

Placebo

No projeto, são definidos critérios que devem ser observados, como a responsabilidade do pesquisador em prestar os cuidados médicos

aos participantes da pesquisa durante toda a execução e a proteção ao sujeito da pesquisa em caso de uso de placebo — que só pode ser usado quando não há alternativa terapêutica efetiva para a doença objeto do estudo ou em tratamentos combinados.

O texto também determina a eliminação de ambiguidades que possam comprometer o direito de acesso do participante ao medicamento experimental após o estudo e garante que o tratamento de comparação, quando se usa o placebo, seja “o melhor tratamento ou procedimento que seria habitualmente realizado na prática clínica”.

Outros aspectos que precisam ser seguidos, de acordo com o projeto, são o controle social e a máxima independência dos comitês de ética, que devem manter equilíbrio de gênero em sua composição.

Condições

O texto estabelece ainda as condições para a participação, nas pesquisas clínicas, de criança, adolescente, mulher grávida ou pessoa adulta incapaz de expressar validamente a própria vontade, ainda que circunstancialmente.

As condições que devem reger o termo de consentimento e as informações a serem fornecidas ao sujeito da pesquisa também estão definidos na proposta, que garante à pessoa o anonimato e o sigilo de informações.

É vedada a remuneração ou a concessão de qualquer tipo de vantagem pela participação em ensaio clínico (com exceção para ressarcimentos). Mas a participação de sujeitos saudáveis em pesquisa de fase inicial, quando não houver benefícios terapêuticos diretos aos participantes, pode ser remunerada, em condições previstas no projeto.

Emenda garante medicamento de graça ao paciente que foi cobaia

Durante a análise do PLS 200/2015 em Plenário, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu emenda de autoria dela para garantir, aos pacientes que se submeterem à condição de cobaias em pesquisas clínicas, o fornecimento permanente do medicamento que será desenvolvido a partir do experimento. A proposta previa que o fornecimento gratuito de medicamento só ocorreria até dois anos após a liberação e o início da comercialização do produto.

— Depois disso, se esse paciente precisar do medicamento, ele terá que comprar. Isso é justo? Favorece o paciente ou somente o laboratório? É o maior absurdo! Nós pesquisamos: em vários lugares do mundo o laboratório se compromete com a assistência daquele paciente — protestou.

A emenda foi aceita após o líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), buscar um consenso. Ele propôs que o remédio seja fornecido pelo laboratório ao paciente até o momento em que o Sistema Único de Saúde (SUS) passar a fornecê-lo.

— Uma vez desenvolvido o remédio e ele posto à dispo-

sição do público, enquanto ele não for disponibilizado pelo SUS, o laboratório fornece. Podemos chegar a uma votação consensual nesse ponto — propôs Aloysio.

Conselho

Humberto Costa (PT-PE) criticou parte da proposta que retira do âmbito do Conselho Nacional de Saúde e passa para o Ministério da Saúde o controle, a fiscalização e a regulação sobre a pesquisa clínica. O senador defendeu que o conselho ainda possa participar do novo órgão que será definido para regular as pesquisas.

Para Humberto, o controle social é fundamental na implementação de uma política que pode acarretar riscos para a população. Ele ressaltou que são inúmeras as histórias de medicamentos que continuaram a ser testados depois de problemas surgirem desse uso, e a presença da sociedade nessa fiscalização é fundamental.

— Propomos que um representante do conselho, vinculado à área de pesquisa e desenvolvimento científico em saúde, possa ter assento nesse novo espaço de regulação da pesquisa clínica no país — disse.

Projeto contra fraude sanitária segue para Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou proposta que amplia o prazo de interdição cautelar de estabelecimento envolvido com a falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e similares. O texto (PLS 464/2011) segue para o Plenário com pedido de votação em regime de urgência.

Hoje a Lei 6.437/1977 limita a 90 dias o prazo para interdição cautelar do produto ou estabelecimento acusado de fraude sanitária. Esse é o período máximo admitido para a apuração da suspeita de adulteração. Se esse trabalho não for concluído em três meses, a venda do produto ou a atuação do estabelecimento será automaticamente liberada. A proposta busca eliminar essa restrição temporal à interdição cautelar.

Apresentado por Humberto Costa (PT-PE), o projeto já havia sido aprovado pelo Senado e enviado à Câmara. O texto retornou ao Senado após alteração feita pelos deputados. A alteração insere itens de higiene pessoal e perfumaria entre os artigos listados no projeto.

Segundo Humberto, o problema da falsificação de medicamentos é recorrente:

— Muitas vezes, a fiscalização vai a uma farmácia, descobre que ali existem medicamentos roubados, falsificados ou adulterados e faz o fechamento provisório da empresa, mas ela volta a funcionar. Com essa proposta, a empresa só vai poder funcionar depois que o processo administrativo legal tiver sido concluído.

Romário pede que SUS ofereça cirurgia para reverter diabetes

Romário (PSB-RJ) defendeu que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça a cirurgia gastrectomia vertical com interposição ileal. Ele se submeteu recentemente ao procedimento para reverter um quadro de diabetes.

O senador questionou os motivos de a cirurgia encontrar resistência no meio médico e sustentou que, se fosse adotada pelo SUS, poderia gerar redução dos gastos com medicamentos e internações.

— Entre 85% e 90% dos pacientes apresentam remissão ou cura da doença — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Aprovado incentivo ao pescado em barragens

Projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça também diminui exigências para a piscicultura em lagos de hidrelétricas

A PRODUÇÃO DE pescado em lagos de hidrelétricas poderá ser dispensada da obrigação de outorga para direito de uso da água, desde que ocupe até 0,5% da superfície do lago. Projeto que abre essa possibilidade foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto (PLS 620/2015) modifica a lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e libera da outorga também os parques aquícolas que ocupem até esse percentual do corpo d'água nos açudes e barragens.

A proposta segue para a Comissão de Agricultura (CRA) e depois será votada em caráter terminativo na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O texto acaba ainda com a



Relatório de Benedito (2º à esq), favorável à piscicultura, foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça

exigência de registro e de inspeções navais prévias para a instalação de plataformas nos empreendimentos, obrigação prevista na Lei de Aquicultura e Pesca (Lei 9.537/1997).

Favorável ao projeto, o relator, Benedito de Lira (PP-AL), ressaltou o incentivo que ele poderá trazer para a produção

de pescado no país. E acolheu a justificativa do autor, ex-senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que foi ministro da Pesca e hoje é prefeito do Rio de Janeiro.

Segundo o relatório de Benedito, o país produz cerca de 2 milhões de toneladas de pescado, dos quais 40%

em criatórios, com base em dados de 2013.

Importação

O PIB do setor está avaliado em R\$ 5 bilhões, mobiliza 800 mil profissionais, entre pescadores e aquicultores, e proporciona 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos

— Infelizmente, em função de algumas dificuldades criadas pelos órgãos de meio ambiente, estamos importando pescado. É por isso que falta peixe na mesa do trabalhador — opinou Lira.

Eduardo Lopes (PRB-RJ) afirmou que a utilização de 0,5% das águas dos reservatórios não provocaria danos ambientais.

Impacto

Entretanto, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se disse preocupado com o projeto.

— A ANA [Agência Nacional de Águas] realizou estudos em 96 reservatórios e concluiu que cerca de 60% não suportariam esse percentual de suas águas ocupadas por piscicultura. O mais conveniente seria a regulamentação caso a caso, pelos órgãos de licenciamento ambiental.

Simone Tebet (PMDB-MS) disse que pretende aprofundar a discussão nas comissões responsáveis pela análise do mérito da proposição.

Projeto pode suspender proibição de descontos na base do IPI

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) apresentará projeto de resolução para suspender a execução de dispositivo da Lei 4.502/1964, que proibia a dedução de descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O dispositivo foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal

(STF) em novembro de 2014.

Mas há questionamentos. A decisão pela apresentação da proposta foi tomada em reunião ontem da CCJ, com base em relatório do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre o Ofício "S" (OFS) 28/2014, do STF, reconhecendo a inconstitucionalidade do parágrafo 2º do artigo 14 da Lei 4.502/1964.

O parágrafo foi incluído pela Lei 7.798/1989, originada de uma medida provisória, e estabeleceu que os descontos incondicionais não poderiam ser deduzidos do valor da operação para fins de apuração do IPI.

O STF, ao julgar a questão, entendeu que a base tributável do IPI está definida no Código Tributário Nacional,

que possui status de lei complementar. Por isso, lei ordinária não poderia impedir a dedução dos descontos incondicionais que compõem aquele valor.

Para Valadares, como o STF reconheceu não ser possível impedir a dedução dos descontos incondicionais da base tributável do IPI e não houve qualquer modificação

posterior desse dispositivo, é possível a suspensão dele.

— Tal suspensão, como analisado, se mostra legítima para conferir isonomia entre os contribuintes e impedir que eventual mudança de interpretação pelos órgãos fazendários gere novas demandas, sobrecarregando, ainda mais, o Poder Judiciário — afirmou o relator.

MP que prorroga contratos de concessão terá quatro audiências

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da comissão especial que analisa a admissibilidade da Medida Provisória (MP) 752/2016, que autorizou prorrogar ou relicitar contratos nos setores rodoviário, ferroviário e aeroviário do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O relator, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), propôs quatro audiências públicas,

apresentação do relatório em 22 de março e votação da matéria em 29 de março.

Audiências

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que preside a comissão, disse que as audiências proporcionarão os subsídios necessários para debater e votar a MP, que pretende viabilizar novos

investimentos no setor de transportes.

A primeira delas está marcada para a próxima terça, às 14h, com a participação dos ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, que comanda o PPI, e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Malta Lessa, e representantes do Tribunal de Contas da União.

A segunda audiência, prevista para 8 de março, deve debater o transporte aeroviário, com representantes da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (Aneaa), da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Infraero, do Ministério dos Transportes e do PPI.

No terceiro encontro, marcado para 9 de março, o tema é o transporte rodoviário. Serão convidados representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), do PPI, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), entre outras entidades.

A quarta e última audiência será em 15 de março e debaterá o transporte ferroviário com representantes da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), da CNT, da ANTT, do PPI, e entidades empresariais da indústria e da agricultura.

Randolfe denuncia conluio para paralisar extração de minério

Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a paralisação da extração de minério de ferro no Amapá, uma das principais atividades econômicas do estado, deve-se a "conluio" entre as empresas britânicas Anglo American e Zamin Mineração.

Disse que há "fortíssimas evidências" de que o processo de venda para a Zamin foi fraudulento, subtraiu 3 mil empregos diretos e indiretos, gerando milhões em dívidas trabalhistas não honradas e a deterioração da infraestrutura do setor. Informou que há investigação dos Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Trabalho e que ele fará denúncia à câmara internacional de comércio.



Randolfe Rodrigues, senador



O vice-presidente da comissão da MP 752, deputado Domingos Sávio, fala com o presidente, senador Ataídes de Oliveira

Comissão aprova projeto que reduz burocracia

Medida diminui necessidade de certificação e apresentação de documentos comprobatórios, como reconhecimento de firma em cartório e comprovante de residência

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União. O objetivo do PLS 214/2014 é reduzir a burocracia administrativa sempre que o custo econômico ou social da simplificação do processo seja maior do que o risco de fraudes. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para votação em Plenário.

De autoria de Armando Monteiro (PTB-PE), a proposta faz parte da Agenda Brasil, pacote de medidas em análise no Senado para ajudar a combater a crise no país.

Pelo texto, que recebeu parecer favorável da relatora na CCJ, Gleisi Hoffmann (PT-PR), órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário devem, na relação com o cidadão, se balizar por princípios como a presunção de boa fé e de veracidade; pela redução dos custos da administração pública; pela simplificação dos métodos de controle; e pela substituição do controle prévio de processos pelo controle posterior.

Ao justificar a proposta, Armando deu dois exemplos: hoje o reconhecimento de firma em cartório tornou-se mais importante e “autêntico” do que a presença do próprio signatário. E uma conta de água ou de luz tem mais credibilidade do que a declaração de endereço residencial feita pelo próprio cidadão. Em sua avaliação, a burocracia brasileira faz “exigências absurdas e absolutamente desnecessárias” e traz transtornos, dificuldades e despesas para o cidadão.

— Temos uma herança cultural que



Armando Monteiro, autor do projeto, e Gleisi Hoffmann, relatora: proposta confere mais autonomia ao administrador e agiliza a prestação de serviços

nos aponta sempre para exigência de controle que, ao final, nada acrescenta do ponto de vista do controle efetivo dos procedimentos e impõem custos à cidadania. O Brasil é o país dos formalismos inúteis, das exigências cartoriais. Portanto há de se avançar numa agenda de desburocratização — disse o autor do projeto.

Poder ao agente público

Ao dispensar o reconhecimento de firma em cartório, o projeto delega ao agente público o poder de confrontar a assinatura apresentada pelo cidadão com a de documentos pessoais de identidade. Ou de atestar autenticidade de cópias comparando-as com o documento original.

O projeto também veda a exigência

de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido. Se o cidadão estiver impedido de comprovar um fato, ele poderá escrever e assinar uma declaração, estando sujeito a penas administrativas e criminais caso ela seja inverídica.

Para Gleisi, a proposta é positiva ao conferir mais base legal para o administrador e agilizar os serviços prestados pela administração pública. A senadora apresentou, no entanto, uma emenda ao projeto.

A emenda retira do texto o trecho que propõe a substituição do controle prévio do processo pelo controle posterior para identificação de fraudes ou falhas. Na opinião da relatora, não seria adequado afastar definitivamente a

possibilidade de controle prévio dos processos, que pode ser benéfico tanto para a administração pública quanto para o cidadão.

Emendas

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou ainda duas emendas, que foram acolhidas pela relatora. A primeira mantém a exigência da presença do proprietário do veículo no ato de reconhecimento de sua firma no documento de transferência do veículo. E a segunda ressalva os casos que impliquem imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades daqueles em que a comunicação entre o Poder Público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio.

Plenário continua hoje debate sobre regras para desburocratização fiscal

O Plenário do Senado cumpriu mais uma rodada de análise da proposta de emenda constitucional que busca simplificar as exigências fiscais e tributárias dirigidas a microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em municípios menores. A PEC 57/2016 passou ontem pela segunda sessão de discussão, restando três para que ela possa ser votada em primeiro turno. A proposta voltará à pauta amanhã, às 11h.

Fruto do trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização, a PEC estipula que uma futura lei complementar reunirá regras de desburocratização a serem observadas por todos os entes da Federação.

Também passarão a ser regidas por lei complementar, segundo o texto, as diretrizes relativas a processo administrativo fiscal, substituição, eficiência e moralidade tributárias e

vedação de confisco.

A proposta também prevê uma lei complementar para criar e definir o conceito de “pequeno município”, entidade da Federação à qual deverão ser asseguradas normas simplificadas para balancetes e prestação de contas.

Delegação

O texto permite ainda a delegação de competência para que o estado em que estiver localizado município nessa condição assuma a cobrança e a fiscalização dos tributos de seu âmbito.

Em primeiro turno, a PEC precisará de 49 votos favoráveis para ser aprovada. Depois disso, serão necessárias mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno, com a mesma exigência de votos. Caso seja aprovada nessas duas etapas, a PEC seguirá para a Câmara dos Deputados.

Simplificação do sistema tributário pode ser votada

O Plenário do Senado poderá votar nesta semana projeto de lei complementar que simplifica o sistema tributário nacional, até hoje regulado por uma lei de 1966. De autoria da Mesa Diretora, com base em sugestões da Comissão de Juristas para Desburocratização, a proposta (PLS 406/2016 — Complementar) trata de temas como unificação do cadastro de contribuintes e regras do uso de precatórios na liquidação de valores inscritos na dívida ativa.

A compensação de débitos perante a Fazenda Pública Federal com créditos pro-

venientes de precatórios é prevista na Lei 12.431/2011, mas a proposta em exame no Senado amplia essa possibilidade para débitos com estados e municípios. A fim de não fomentar o mercado secundário de precatórios, o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Ronaldo Caiado (DEM-GO), propôs limitar a compensação aos precatórios próprios, excluindo os adquiridos de terceiros.

O substitutivo também estabelece novas regras para a restituição total ou parcial de tributos, ao prever a correção

dos valores desde a data do pagamento até a devolução para o contribuinte. Essa norma vale para a compensação ou devolução de quaisquer créditos relativos a tributos.

O substitutivo apresentado por Caiado prevê que o responsável pela dívida tributária só poderá ser inscrito em dívida ativa se a responsabilidade tiver sido apurada administrativamente.

CNPJ

Além disso, o substitutivo extingue o cadastro fiscal de estados e municípios e torna o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) o único a ser exigido dos contribuintes. Para tanto, deverá incorporar informações de interesse das administrações tributárias dos estados e dos municípios.

Caiado considera injustificável não ter sido implementada até hoje a unificação dos cadastros fiscais. Para ele, a redundância de informações e a duplicidade de exigências sobre os contribuintes devem ser afastadas em busca da eficiência administrativa.



Para Caiado, é injustificável a unificação de cadastros não estar implementada

Movimentos sociais lançam “anticandidatura” para STF

Em manifesto entregue à Comissão de Constituição e Justiça, organizações defendem a indicação de professora de direito da UnB como candidata alternativa a Alexandre de Moraes para vaga no Supremo

REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS sociais entregaram ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um manifesto com a indicação de uma candidatura alternativa à de Alexandre de Moraes para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O nome sugerido é o de Beatriz Vargas Ramos, professora de direito da Universidade de Brasília (UnB).

Moraes será sabatinado pelos membros da CCJ na terça-feira. Segundo os organizadores do manifesto, o documento, com o que denominam de

“anticandidatura”, foi lançado por integrantes do movimento feminista como uma forma de protesto à indicação de “pessoas que representem retrocesso nos direitos humanos e sociais arduamente conquistados, que desrespeitem o direito à não discriminação e à igualdade substantiva que a Constituição assegura a todas as pessoas”.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), recebeu o manifesto e reiterou que a indicação de ministros para o STF é prerrogativa constitucional do presidente da Repúbli-

ca, devendo ser validada pelo Senado. Mas Lobão afirmou que a opinião pública deve ser considerada e que dará o devido encaminhamento ao manifesto.

— Recebo com respeito para que em uma oportunidade se possa examinar a possibilidade de alteração constitucional, a fim de que seja contemplada essa iniciativa — disse o senador.

O documento propondo a candidatura alternativa também foi encaminhado à Presidência do Senado.

(Com Agência Brasil)



Lino Snieki

Indicado à vaga de ministro do STF, o ministro da Justiça licenciado Alexandre de Moraes (4º à esq.) almoçou na terça com os senadores Vicentinho Alves (PR-TO), Pedro Chaves (PSC-MS), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Fernando Collor (PTC-AL), Cidinho Santos (PR-MT), Thieres Pinto (PTB-RR) e Armando Monteiro (PTB-PE), todos do Bloco Moderador.



Genaldino Menezes/Agência Senado

Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e Edison Lobão recebem manifesto que pede Beatriz Vargas Ramos (2ª à dir.) no Supremo

Eunício reforça importância do diálogo com Judiciário

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem o diálogo do Legislativo com o Judiciário. Em encontro com representantes da magistratura e do Ministério Público, o presidente afirmou que é preciso haver entendimento entre os três Poderes para ajudar o país.

— Temos que dialogar com todos os Poderes. Estamos abertos para fazer o debate dos projetos que têm interesse e que estão em andamento. Precisamos fazer o entendimento entre os três Poderes quando envolve Orçamento e recursos

da União — ponderou.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Germano Siqueira, fez um balanço positivo do encontro e elogiou a postura de Eunício.

— A trajetória política do presidente do Senado é marcada pelo diálogo. Isso é absolutamente importante em um momento tão delicado quanto este que a gente está vivendo. Ele reafirmou o compromisso de dialogar com o Judiciário, o Ministério Público e as entidades de classe. Temos certeza que temos um quadro positivo

para tratarmos sobre matérias muito sensíveis, como o projeto de lei do abuso de autoridade e a questão remuneratória — ressaltou Germano.

A presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti, também elogiou a postura do presidente do Senado.

— Achamos que ele está no caminho certo. O diálogo, em momentos de crise, é a única ferramenta para conseguir soluções.

(Com Assessoria da Presidência do Senado)

Vanessa questiona decisão do Supremo sobre Moreira Franco

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a diferença de entendimento do STF diante das nomeações de Moreira Franco e Lula a ministérios.



Para a senadora, os dois casos são idênticos e não haveria impedimento legal para que um ou outro fossem ministros. Porém, disse ela, Lula foi impedido de assumir a Casa Civil mesmo sem ser réu, enquanto Moreira Franco, citado mais de 30 vezes em delações, teve a nomeação mantida por decisão do ministro Celso de Mello.

Para Humberto, Corte reconheceu erro no caso de Lula

Humberto Costa (PT-PE) disse que o STF praticamente reconheceu “grave erro histórico” ao impedir a posse do ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil da então presidente Dilma Rousseff. Para ele, a “assunção de culpa” do STF se deu ao permitir a nomeação de Moreira Franco.



O senador também pediu urgência da Câmara dos Deputados na votação de projeto dele que susta cobrança por despacho de bagagem.

Flexa: número de deputados por estado requer ajuste

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a aprovação de projeto dele que ajusta o número de deputados federais por estado à população:



— Apesar do que estabelece o texto constitucional, a regra de proporcionalidade não vem sendo respeitada, em razão da clara omissão, por parte do Congresso, em exercer sua prerrogativa.

O PLS 315/2016 está na Comissão de Constituição e Justiça e tem Antonio Anastasia (PSDB-MG) como relator.

Lindbergh anuncia que PT vai lançar Lula à Presidência

Lindbergh Farias (PT-RJ) anunciou em Plenário que o PT vai lançar a candidatura de Lula à Presidência. Ele fez o anúncio depois de comentar pesquisa de intenção de votos para presidente, divulgada ontem pela CNT/MDA, que aponta Lula na liderança.



Na terça, o senador apontou diferença de tratamento do STF em relação às nomeações de Lula e de Moreira Franco a ministérios. O Supremo deve a Lula uma reparação, disse Lindbergh.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Trabalhador de missão estrangeira e embaixada pode ser regido pela CLT

Avança projeto que também determina o julgamento de processos entre organismos internacionais e seus empregados na Justiça do Trabalho

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a aplicação de normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aos trabalhadores, brasileiros ou residentes, contratados no país por embaixadas, consulados e organismos internacionais. O projeto (PLS 423/2012) segue para a Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A legislação trabalhista já é aplicada hoje a empregados de missões estrangeiras no país, mas por decisões judiciais. A proposta, de Paulo Paim (PT-RS), visa normatizar a jurisprudência, inserindo essa previsão na CLT. O projeto também reconhece a Justiça do Trabalho como competente para processar e julgar dissídios entre embaixadas, consulados e organismos internacionais e seus empregados.

Pelo texto aprovado, não se

incluem nessa cobertura os empregados em serviço exclusivo que não sejam brasileiros e nem possuam residência permanente no Brasil. O relator na CCJ, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse ter consultado o Ministério das Relações

Exteriores para elaborar seu parecer e decidiu aprovar o texto, com ajustes de redação.

— A proposta de atualização da CLT, ao estabelecer de maneira clara os direitos que devem orientar as relações entre empregados locais e mis-

sões estrangeiras, servirá para mais bem informar os Estados acreditantes [países que enviam missões diplomáticas ao Brasil ou estabelecerem órgãos consulares aqui] quanto a seus deveres e obrigações no país em matéria trabalhista.



Para Aloysio Nunes, relator, norma informará melhor outros países sobre seus deveres e obrigações trabalhistas no Brasil

Marcos Oliveira/Agência Senado

Relatora pede transparência no Programa Cartão Reforma

A participação dos conselhos municipais como órgãos fiscalizadores foi incluída na proposta do Programa Cartão Reforma por Ana Amélia (PP-RS), relatora da medida provisória que cria o benefício. A senadora cobrou transparência e controle na adoção do programa, que prevê a oferta de subsídio de R\$ 5.865 para aquisição de materiais de construção destinados à reforma, à ampliação ou à conclusão de imóveis de famílias com renda de até dois salários mínimos, com assistência técnica para acompanhamento das obras.

— São recursos públicos a fundo perdido, que têm que ser aplicados com critérios rigorosos para que não haja fraudes — disse.

O programa, que prevê gasto acima de R\$ 1 bilhão para atender a mais de cem mil famílias, foi debatido ontem na comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP 751/2016. A medida é inspirada no Cheque Moradia, criado em Goiás, em 2011, e reproduzido em outros

estados. Ana Amélia adiantou que seu relatório deve ser apresentado em 8 de março e votado no dia 15.

Representante da Casa Civil, Fabiana Rodopoulos explicou que o programa atua na solução do deficit habitacional qualitativo, ou seja, favorece aquelas pessoas que possuem moradia, mas não dispõem de recursos para implantar melhorias.

— O programa é uma concessão, não é um financiamento. É uma subvenção a fundo perdido para as empresas, com fornecimento de assistência técnica pelos estados e municípios — explicou.

Critérios

Um dos critérios para participação é que o beneficiário seja proprietário do imóvel, com prioridade para idosos e deficientes. Do valor médio do benefício, explicou Fabiana, R\$ 5 mil vão para o dono do imóvel, e R\$ 865, para a assistência técnica. Roberto Barreto, diretor-executivo da

Caixa Econômica Federal (operadora do programa), disse que a instituição movimentou mais de R\$ 82 bilhões em programas sociais do governo e “vai pôr o melhor de sua experiência para o Cartão Reforma”.

Incentivo

A Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco) apoia o Cartão Reforma, disse Arley Rodrigues, diretor da entidade.

— A iniciativa vai beneficiar milhares de famílias e incentivar o setor da construção, que vem sofrendo com elevada carga tributária e com a recessão.

Segundo ele, não há risco de formação de cartel pelos revendedores de material de construção, porque o Cartão Reforma vai pagar os empresários em dinheiro, não por meio de crédito no ICMS.

— O controle do programa vai ser eletrônico, com participação da Receita. Como serão os nossos associados que vão disponibilizar as mercadorias, estamos dando apoio ao gover-

no para ter toda a segurança possível — afirmou.

Mão de obra

Já o representante do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, Nelson Saule Júnior, criticou a MP 751/2016 por prever que a mão-de-obra das reformas ficará a cargo dos proprietários dos imóveis, sem a participação dos conselhos regionais de Engenharia e Arquitetura (Crea). Ele também disse que uma MP não é a norma adequada para modificar regimes jurídicos em vigor há muitos anos.

O deputado Bohn Gass (PT-RS) defendeu a inclusão de imóveis rurais no benefício.

Defensor do programa, o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) apontou méritos no Cartão Reforma, a despeito de questionamentos sobre políticas de regularização fundiária.

— O valor do subsídio é pequeno, mas neste momento vai funcionar como estímulo ao setor e à própria concorrência. Vejo só pontos positivos.

Gleisi afirma que não há deficit na seguridade social

Gleisi Hoffmann (PT-PR) contestou o argumento de que a reforma da Previdência é necessária porque há deficit na seguridade social.

A senadora criticou os critérios do governo para afirmar que a Previdência tem saldo negativo de R\$ 85 bilhões. Para ela, falta incluir nas contas outras fontes de financiamento. Gleisi considerou “maldade do governo propor um ajuste que atinge os que ganham menos”.

— O deficit vem doômputo errado de pegar só as contribuições patrão e empregado e colocar, no meio da seguridade, a Previdência dos servidores públicos, que não poderia ser contabilizada — afirmou.

Ângela: “Proposta para a Previdência é desumana”

A reforma da Previdência é uma das pautas mais desumanas que o Congresso já recebeu, disse



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ângela Portela (PT-RR). Para a senadora, a medida vai prejudicar os mais pobres e, de maneira mais acentuada, as mulheres.

— O secretário da Previdência, Marcelo Caetano, tratou o assunto com descaço, ao afirmar que o Brasil está seguindo a tendência mundial de equiparar direitos trabalhistas para homens e mulheres. Não adianta o governo salvar a Previdência, se não houver mais brasileiros para se aposentar.

Paim registra apoio a movimento contra projeto de reforma

O movimento contra a reforma da Previdência recebeu apoio de diversos vereadores e prefeitos, disse



Jefferson Ruy/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, o apoio vem inclusive de cidades governadas por partidos que, no plano federal, dão sustentação à proposta do governo.

— O prefeito e vereadores de Sede Nova [RS], com 3.057 mil habitantes, afirmam que a reforma ocasionará prejuízos econômicos à localidade. Uma trabalhadora rural que ganha um salário mínimo perderá, em dez anos, em torno de R\$ 150 mil, que deixam de ser investidos na economia do município.

Senado e Câmara trabalharão juntos para regulamentar terceirização

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, conversou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para acelerar a tramitação de projetos que tratam da terceirização. Eunício explicou que há um texto no Senado (PLC 30/2016) e outro na Câmara, com as

discussões mais avançadas (substitutivo ao PLC 3/2001). Eunício sugeriu que ele entre na pauta da Câmara em regime de urgência.

— É preciso regulamentar a situação, até para garantir os direitos dos trabalhadores terceirizados. É importante

que as duas Casas façam um entendimento para construir leis que destravem o crescimento e deem oportunidades aos brasileiros — disse.

O PLC 3/2001, de autoria do Poder Executivo, já passou no Senado e, como sofreu mudanças, voltou para a

Câmara. Se o substitutivo for aprovado pelos deputados, segue à sanção.

Eunício também anunciou que deve colocar a indicação de Alexandre de Moraes a ministro do Supremo Tribunal Federal na pauta do Plenário logo após a aprovação na CCJ.

Na opinião dos governadores, que se reuniram com o presidente do Senado, aprovação vai auxiliar no cumprimento de compromissos com os servidores públicos, prestadores de serviços e fornecedores



Jonas Pereira/Agência Senado

Em reunião com governadores, Eunício Oliveira (C) afirmou que o Senado apoia propostas para equilibrar o pacto federativo

Repatriação de recursos terá prioridade, diz Eunício

EM REUNIÃO ONTEM com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, integrantes do Fórum Permanente de Governadores apresentaram a pauta de interesse dos estados. Eunício se comprometeu a dar prioridade no Plenário do Senado ao projeto de repatriação de recursos do exterior, aprovado ontem pela Câmara dos Deputados.

A proposta (PLS 405/2016) reabre prazo para adesão ao regime especial de repatriação de recursos do exterior de 1º de fevereiro a 30 de junho deste ano.

— Obviamente, na hora que chegar ao Senado, eu darei prioridade para aliviar as finanças dos estados. Depois da aprovação, há o prazo para a sanção e mais 120 dias para esses recursos comecem a entrar — explicou Eunício.

Os governadores disseram

que a aprovação ajudará estados a cumprir compromissos com os servidores, prestadores de serviço e fornecedores, abrindo ainda a possibilidade de fazer investimentos.

— No ano passado, esses recursos colaboraram muito para fechar as contas dos governos. E agora, com aprovação na Câmara e a conclusão no Senado, nós vamos ter recursos importantes também para o cumprimento das nossas agendas e dos nossos programas, especialmente nossos programas de ajuste fiscal e de investimentos em áreas essenciais para a população — disse o governador de Goiás, Marconi Perillo.

Créditos

Também apoiado pelos governadores, o PLS — Complementar 204/2016, do senador

licenciado José Serra (PSDB-SP), permite à administração pública vender ao setor privado os direitos sobre créditos, a chamada securitização das dívidas.

Os governadores do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, têm pedido a votação da matéria, que segundo Eunício Oliveira deve entrar na pauta de votação do Plenário na próxima semana.

Fundos

Na pauta dos governadores, constam demandas que devem ser discutidas com os líderes partidários. Entre elas, a PEC 61/2015, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que permite destinar emendas parlamentares ao Orçamento da União para alocar recursos nos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

Atualmente as emendas são direcionadas a projetos específicos, como a obras com problemas de burocracia e dispêndio de dinheiro público no exame desses projetos e na celebração de convênios para a liberação dos recursos.

Também foi discutido o projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que permite abater da dívida dos estados o valor que eles têm a receber de compensação previdenciária (PLS 390/2015). O projeto abre a possibilidade de os estados cobrarem das operadoras de planos de saúde pelos atendimentos feitos no Sistema Único de Saúde (SUS).

— A questão do ressarcimento do SUS é mais complicada, mas também vamos dar encaminhamento ao colégio de líderes. O fato é que, das cinco reivindicações que eles trouxeram aqui, todas equilibram o pacto federativo e obviamente contarão com o apoio dessa Casa — afirmou Eunício.

Liberação de verbas avança economia do Nordeste, diz presidente do Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem, no Palácio do Planalto, da cerimônia de anúncio da liberação de milho dos estoques governamentais para venda a criadores e agroindústrias de pequeno porte do Nordeste. O Programa Vendas em Balcão de Milho, do Ministério da Agricultura, irá permitir o acesso aos estoques públicos por meio de vendas diretas e a preços de mercado. Serão liberadas cerca de 140 mil toneladas de milho para atender à Região Nordeste.

— Cerca de 2,3 milhões de sacas de milho para o Nordeste brasileiro, cerca de 40 mil pequenos e micros agricultores serão beneficiados com essa iniciativa — elogiou Eunício.

O presidente do Senado

pediu a liberação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), operado pelo Banco do Nordeste, para ajudar os estados da região em dificuldade econômica. Atualmente, o dinheiro do fundo financia programas em 1.990 municípios situados nos 9 estados que compõem a Região Nordeste e no norte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, incluindo os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

— Nós temos dinheiro suficiente no Banco do Nordeste, cerca de R\$ 27 bilhões disponíveis, que podem ser utilizados para alavancar o desenvolvimento da indústria e do comércio no Nordeste brasileiro.

(Com Assessoria da Presidência do Senado)

Comissão aprova valor menor para parcerias público-privadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que altera a regra sobre os valores mínimos para a celebração de contratos de parceria público-privada (PPP). A proposta (PLS 472/2012) estabelece faixas diferenciadas para a União, estados e municípios, reduzindo os valores.

O projeto, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), contou com parecer favorável do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG). Pelo texto, nas parcerias entre a União e a iniciativa privada, os contratos terão valor mínimo de R\$ 20 milhões. Nos estados, o valor de partida será de R\$ 10 milhões, enquanto nos municípios o piso equivalerá a R\$ 5 milhões.

Aprovada em caráter terminativo, a matéria deve seguir diretamente para análise da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que a decisão final no Senado seja em Plenário.

Valores atuais

As normas gerais sobre as parcerias público-privadas foram estabelecidas pela Lei 11.079/2004. O texto, contudo, só admite a celebração de contratos que superem R\$ 20 milhões, seja qual for o ente federativo contratante. Para Valadares, esse requisito representa um obstáculo às parcerias, especialmente para os pequenos municípios.

O autor observa que o ajuste dos valores mínimos ao porte financeiro de cada ente da Federação contribuirá para a ampliação dos investimentos públicos, favorecendo o esforço de estados e municípios para minimizar

os reflexos da crise financeira internacional no Brasil.

— Temos certeza de que o ambiente de negócios será facilitado e que, com esse ajuste, os estados e municípios, ao lado da União, vão contribuir para atrair investimentos nesta fase tão difícil por que passa o Brasil — disse o senador.

O projeto aprovado tramitou em conjunto com o PLS 401/2012, do ex-senador Antonio Carlos Rodrigues. Rejeitado, esse projeto sugeriria a redução do valor mínimo dos contratos para R\$ 15 milhões, no caso dos municípios com até 1 milhão de habitantes. Anastasia defendeu o projeto de Valadares, que considera a solução mais correta, por sugerir valores mínimos para estados e municípios.

Em 2013, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinou as duas propostas e aprovou parecer oposto ao que foi acatado agora pela CCJ. O voto do relator naquela comissão, o então senador Sergio Souza, foi pela aprovação da proposta de Antonio Carlos Rodrigues.

As parcerias público-privadas foram concebidas como meio de suprir, com investimentos privados, a insuficiência de investimentos em infraestrutura pública.

Os contratos têm por finalidade a implantação ou gestão de obras, serviços ou atividades de interesse público. Por meio de concessão, o parceiro privado passa a investir e explorar os serviços, por período com duração mínima de 5 e, no máximo, de 35 anos.

Hélio José denuncia estrutura precária de bibliotecas

As bibliotecas públicas contam com estrutura precária, disse ontem em Plenário Hélio José (PMDB-DF). Ele citou o caso do Distrito Federal, onde as poucas bibliotecas que têm “alguma estrutura” apresentam problemas sérios.

Em pronunciamento na terça-feira, o senador cobrou a recuperação da área onde ficam as obras abandonadas da Escola Superior de Guerra. A construção, paralisada ainda no período do regime militar, está localizada perto da Universidade de Brasília, às margens do Lago Paranoá.



Valadares critica privatização de companhia de água

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou ontem decisão do governo estadual de privatizar a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), como forma de ajustar as contas públicas. Para ele, quem sofrerá será a população, pois haverá aumento da tarifa, demissão de trabalhadores e possibilidade de extinção da chamada tarifa social, para as famílias de baixa renda.

— O aumento da conta de água prejudicará a industrialização do interior do estado, pois a Deso atende a mais de 50 pequenas e médias fábricas de derivados de leite.



Fotos: Jefferson Roldy/Agência Senado